

“JOGO DA VIDA”: COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL, NO ENSINO MÉDIO ¹

VIERA, Silvana²; BENETTI, Juliane Braida³

Resumo: Este relato tem a pretensão de explanar as mediações pedagógicas no espaço da Sala de Recursos, onde acontece o AEE-Atendimento Educacional Especializado, com o objetivo de complementar o processo de inclusão de uma aluna com deficiência intelectual incluída no 1ª Ano do Ensino Médio. Através de atividades concretas, que projetaram estimular hipóteses para a construção do número e o reconhecimento do Sistema Monetário Brasileiro na prática do comércio por meio do “Jogo da vida”. A partir de um referencial teórico fundamentado nas contribuições sócio interacionistas de Vygotsky (1997, 2005, 2007). Considerando também os documentos legais vigentes referentes à Educação Especial numa perspectiva Inclusiva. Salientando, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que vem reiterar que a educação é um direito da pessoa com deficiência, assegurando sistemas inclusivos em todos os níveis e aprendizado para toda a vida, visando o máximo desenvolvimento intelectual considerando as características, interesses e possibilidades de aprendizagem.

Palavras-chave: Inclusão. Deficiência intelectual. Jogos. Sistema Monetário Brasileiro.

INTRODUÇÃO

Este relato ilustra a prática pedagógica no espaço da Sala de Recursos onde acontece o AEE-Atendimento Educacional Especializado, da modalidade da Educação Especial, com o objetivo de complementar o processo de inclusão de uma aluna com deficiência intelectual incluída no 1ª Ano do Ensino Médio. Com a pretensão de desenvolver na aluna, por meio da aplicação do “Jogo da vida”, habilidades matemáticas monetárias que possam ser úteis em atividades da vida diária, que vão além do contexto escolar.

A disposição do tema da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, neste projeto, foi desenvolvida através de atividades concretas, que projetaram estimular hipóteses para a construção do número e o reconhecimento do Sistema Monetário Brasileiro na vivência do comércio, através do “Jogo da vida”.

A interlocução foi realizada numa Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio, que oferece Tempo Integral no município de Catuípe/RS, junto à atuação da professora de Educação Especial/AEE, com uma aluna com deficiência intelectual incluída no 1ª Ano do Ensino Médio. Considera-se pessoa com deficiência intelectual de acordo com a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) aquela que tem impedimentos de longo prazo, de natureza intelectual que, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva em igualdade de condições na escola e na sociedade.

¹ Categoria: Educação Especial. Modalidade: Materiais e/ou Jogos Didáticos, Instituição: Colégio Estadual Catuípe- 36ª CRE/Ijuí-RS

² Professora de Sala de Recursos-AEE da Rede Estadual, Especialista em Educação Especial, sil.viera@hotmail.com

³ Professora de Letras da Rede Estadual, Coordenadora Pedagógica, julianebraida@yahoo.com

MATERIAIS E MÉTODOS

Refletindo a importância das atividades lúdicas na aprendizagem dos sujeitos, em especial dos alunos com deficiência intelectual que frequentam a escola, foi desenvolvida a aplicação de um jogo de mesa chamado “Jogo da vida”, para trabalhar conceitos matemáticos.

O referido jogo da, pode ser jogado por 2 ou 8 jogadores e contém: notas promissórias, roleta, tabuleiro, carrinhos, pinos, cartões de riqueza, apólices de seguro, notas (representando o dinheiro), certificados de ações.

Um dos jogadores tem que ser o banqueiro, que será responsável por: pagamentos, recebimentos do banco e entrega de seguros, ações, notas promissórias e cartões de riqueza. Caso o banqueiro esteja jogando, ele não deve misturar seu dinheiro com o do banco.

Inicialmente cada jogador recebe uma quantia de dinheiro e escolhe um carrinho que vai percorrer os caminhos do tabuleiro. Ao rodar a roleta o jogador vai andando o número de casas correspondentes.

Devido à complexidade do jogo e os vários elementos que contém, no primeiro momento foi oportunizado a exploração livre das peças, o tabuleiro com todas as imagens, caminhos e algumas tarefas. Resultando em brincadeiras e diversão, com girar a roleta, com a contagem e identificação de peças e com o valor significativo de “dinheiro”.

Na segunda tentativa, foram introduzidas algumas regras: como paradas obrigatórias e o caminho a seguir (faculdade ou negócios). Neste momento a estudante foi percebendo e entendeu que existem regras em todos os espaços de convivência. As quais devem ser respeitadas, e que o caminho dos estudos seria o mais importante expressando que “Primeiro estudar, depois trabalhar”.

A terceira tentativa trouxe as “situações da vida” para serem exploradas: seguro de casa, seguro de vida, seguro de carro e ações. E assim a exigência do jogo foi avançando, a cada encontro ia trazendo novas informações como: pagamento, dividindo lucros e despesas, isenção, casamento e nascimento de filhos, sorte, vingança, pedágio, dia do juízo, ser milionário.

A cada novo elemento ou nova informação, foi possível perceber que, a aluna ia fazendo relações com sua realidade. Os desejos de consumo, sonhos, compromissos, responsabilidades. Que as necessidades materiais, não são meros presentes, que todas as pessoas precisam trabalhar, para além de poder sobreviver, satisfazer os propósitos pessoais de consumo. Diferenciando necessidades básicas, como o estudo, o cuidado com a saúde, os momentos de confraternização e diversão, as coisas que nos trazem conforto.

A dinâmica do Jogo da vida foi e ainda é exercitada com frequência, sendo admissível perceber que a estudante, constrói e reconstrói suas aprendizagens estabelecendo diversas relações. Demonstrando compreender alguns conceitos matemáticos, mesmo não conseguindo realizar de forma abstrata.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Resolução 04/2009 (BRASIL, 2009), que orientam quanto à oferta do AEE – Atendimento Educacional Especializado se configura público-alvo da

Educação Especial, alunos com deficiência, Transtorno Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. Considerando o AEE como um “conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (BRASIL, 2009, p. 1).

A matemática envolve as atividades diárias. Ler, contar, enumerar, colocar valores, comparar quantidades e medidas, entre outros, estão presentes na vida dos alunos dentro e fora da escola. Para o sujeito com Deficiência Intelectual, não é diferente e torna-se um ponto importante trabalhar as suas habilidades também em questões matemáticas, dentre elas a monetária. Desta forma, é necessária uma intervenção pedagógica significativa para proporcionar experiências de aprendizagem que oportunizem aos sujeitos o desenvolvimento significativo e pode-se analisar a importância da matemática como meio de comunicação e leitura do mundo.

Alunos com Deficiência Intelectual encontram maior dificuldade nas aquisições matemáticas, por isso, devem ser bem trabalhadas e de forma diferenciada. O jogo é uma forma de trabalhar que desperta o interesse do aluno e possibilita desenvolver o conteúdo de forma dinâmica. Nesse sentido a pergunta que se propõe é: Como desenvolver habilidades matemáticas em alunos com Deficiência Intelectual, por meio da utilização de jogos em sala de aula?

Buscando responder essa questão faz-se um levantamento sobre jogos e o ensino de matemática. Completando, exemplifica-se com um jogo de valores monetários que pode ser trabalhado com aluna com Deficiência Intelectual, incluída no Ensino Médio. O jogo poderá ser aplicado em outras turmas do ensino fundamental considerando as adaptações necessárias, oportunizado diferentes situações de aprendizagens. Para tanto, cabe aos professores compreender as peculiaridades de cada diagnóstico, identificar suas construções conceituais, pesquisar e se apropriar de conhecimentos para adequar materiais e técnicas para que o estudante tenha acesso ao conteúdo de maneira que todos os educandos sejam os protagonistas de seu processo de construção de conhecimentos.

CONCLUSÕES

Partindo da premissa que, a educação como direito de todos (BRASIL, 1996), a escola como um lugar de oportunidades, de conviver e aprender, nessa perspectiva de Inclusão, a Educação Especial é transversal ao currículo, se realiza em todos os níveis, etapas e modalidades, tendo o AEE como parte integrante do processo educacional, acontecendo prioritariamente em sala de recursos, em turno inverso ao da escolarização, não substituindo o ensino regular.

É o professor do AEE, quem identifica as barreiras, elabora e organiza recursos pedagógicos para eliminá-las visando à plena participação do aluno nas atividades da sala de aula regular e deve propor atividades que contribuam para a aprendizagem de conceitos, fundamentadas em situações-problema (BRASIL, 2009).

Tendo o AEE papel fundamental para esse paradigma, pois tem como objetivo prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular para os alunos público-alvo da Educação Especial. O professor do AEE atende os alunos público-alvo da Educação Especial em turno inverso ao da escolarização regular e tem uma função muito importante

para a efetivação da inclusão. É esse profissional que desenvolve estratégias para estimular o desenvolvimento cognitivo: atenção, percepção, memória, raciocínio, imaginação, criatividade, entre outros, dos alunos com deficiência intelectual.

Esta mediação, através do jogo da vida, foi relevante para a educanda, constatando-se que, através de atividades lúdicas e práticas, favoreceu a dinâmica e o significado da construção do número e o reconhecimento do Sistema Monetário Brasileiro, para usar no seu cotidiano e ampliar sua autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília : MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica** – Resolução nº 4 CNE/CEB 2009.

VYGOTSKY, L.S. Obras escogidas V: fundamentos da defectologia. Madri: Visor, 1997.

_____. Pensamento e linguagem. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A Formação social da mente. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.